



Índice

- 01** Índios devolvem armas de seguranças de fazendas de MS, diz Funai
- 02** Indígenas 'desaldeados' perdem barracos em incêndio
- 03** A necessidade de um novo pacto social com os índios
- 04** Audiência pública é marcada por presença de indígenas, Prefeita e Vereadores para discutir aprovações de projetos na Câmara
- 05** Eventos em MT reúnem cerca de 500 indígenas da Amazônia
- 06** Campanha arrecada donativos a indígenas desabrigados em incêndio
- 07** Curso de formação reúne lideranças indígenas em Iauaretê/Rio Vaupés
- 08** Governo inaugura em Lagoa da Confusão a 19ª escola indígena do Tocantins
- 09** Uma nova COIAB nascerá na aldeia Umutina
- 10** Buerarema: sábado de conflitos na cidade termina com depredação de bens públicos, casas de indígenas incendiadas e uso de bombas de efeito moral



Índios devolvem armas de seguranças de fazendas de MS, diz Funai

SÍTIO RONDA DO MS, 24.08.2013

Assessoria do órgão diz que objetos foram pegos durante ocupação. Também foram entregues à fundação duas motos.

Índios kadiwéu entregaram para a Fundação Nacional do Índio, nessa sexta-feira (25), quatro armas retiradas dos guardas de duas fazendas no Pantanal de Mato Grosso do Sul, em uma região conhecida como Nabileque, durante ocupação na quarta-feira (21). A informação é da assessoria de imprensa do órgão. A empresa Gaspen, responsável pela segurança da propriedade, diz que apenas uma das armas pertence aos funcionários.

Segundo a Funai, foram devolvidos dois revólveres calibre 34, uma pistola e uma espingarda calibre 12. Também foram entregues duas motos que pertenciam à Gaspen.

A Funai diz que os índios assinaram termo de entrega e agora cabe à Polícia Federal (PF) buscar o material no posto do órgão. Conforme a assessoria da fundação, quando os kadiwéu chegaram nas fazendas, os seguranças atiraram para cima e houve confusão.

Os indígenas afirmam que tomaram as armas. Os trabalhadores então fugiram e abandonaram as motos na estrada. Eles alegam que encontraram os veículos e os entregaram à Funai.

Informações desencontradas

Conforme a Gaspen, os seguranças não são autorizados a trabalhar com as armas que aparecem na foto, exceto o revólver calibre 38, que realmente pertencia a um dos seguranças que estavam na propriedade no momento da ocupação.

A companhia afirma que os funcionários foram rendidos pelos kadiwéu e obrigados a segurar a espingarda para que os indígenas tirassem fotos. Os seguranças teriam sido agredidos. De acordo com a empresa, os guardas têm marcas de coronhadas na cabeça.

Com relação às motos, a empresa também nega que os funcionários as tenham abandonado na estrada e afirma que elas foram tomadas pelos kadiwéu, assim como o colete à prova de balas que aparece na imagem.

O G1 entrou em contato com a Funai para falar sobre a versão apresentada pela companhia. A assessoria do órgão nega que os seguranças tenham sido agredidos. Os índios, de acordo com a fundação, apenas imobilizaram os guardas, que estavam armados e ofereciam risco ao grupo.

De acordo com a entidade, os índios não estavam armados no momento em que entraram na fazenda e recolheram as armas como prova da situação.

CONT.



Ocupação

A Funai afirma que os kadiwéu reivindicam a posse de uma área homologada como terra indígena desde 1984. Pelo menos 120 índios estão no local. As propriedades alcançam parte dos municípios de Porto Murtinho e Corumbá, a maior parte está na primeira cidade, segundo o órgão.

Ainda segundo a Funai, em 1987, proprietários rurais entraram com ação no STF para discutir os limites da terra indígena e, em 2012, o Supremo declinou a competência para julgamento à justiça federal de Mato Grosso do Sul.

O advogado dos fazendeiros da região, Carlos Fernando Souza, rebateu a informação da Funai e disse nessa sexta-feira ao G1 que a área reivindicada como indígena fica no município de Porto Murtinho e as propriedades ocupadas pelos kadiwéu ficam em Corumbá.

- G1 MS



Indígenas 'desaldeados' perdem barracos em incêndio
SÍTIO DOURADOS AGORA, 24.08.2013

Indígenas que moram às margens da BR-463, em Dourados, tiveram os barracos destruídos; muitos ficaram apenas com a roupa do corpo

Vários indígenas que moram às margens das rodovias tiveram os barracos queimados durante o incêndio de quinta-feira. Muitas famílias não tiveram ao menos tempo de retirar as coisas que estavam dentro de suas casas. Barracos de lonas, sapé e madeira foram consumidos pelas chamas.

Vários indígenas ficaram desabrigados. Agentes do Ministério Público Federal (MPF) foram até os acampados às margens da BR-463, próximo ao trevo de Laguna Carapã. Os índios reclamaram aos agentes da falta de ajuda por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai).

No local, eles detectaram que várias casas de lona e sapé tinham sido destruídas. Em contato por telefone com o procurador federal do MPF, Marco Antônio Delfino, os agentes avisaram sobre a situação. Ele também foi informado que os indígenas reclamavam da ausência da Funai. O agente disse que o procurador acreditava que a Funai já estava atendendo os indígenas no local. Ele disse, ainda, que vai entrar em contato com o órgão para que providências sejam tomadas.

Uma das famílias que perdeu tudo foi a de Roberto Lopes. O barraco onde morava com a esposa foi totalmente destruído. Ele disse que estava com a esposa catando milho no chão em uma roça no momento do incêndio. "Não sobrou nada, somente a roupa do corpo. Cama, colchão, coberta um restinho de comida e algumas coisas que tínhamos em casa como panelas foi tudo queimado. Não sabemos o que vamos fazer por conta de não termos condições de comprar nada", relata Roberto.

A mulher dele estava muito abalada. Enquanto a equipe de reportagem estava no local ela chorava muito. Outra família que se encontra na mesma situação é de Roseana de Caseres.

Ela teve dois barracos queimados. Um servia de cozinha e o outro de quarto onde ele dormia com mais sete filhos. Emocionada, a mãe pede roupas para os filhos, que têm idade entre 12 de dois anos.

Outra senhora que também teve problemas com o barraco foi Damiana Cavanha. Ela disse, ainda, que as famílias daquela região sofrem com a falta de auxílio.

"Vivemos sem ajuda nenhuma. Nesse acampamento [margens BR-463] há muitas crianças passando fome, frio e outras necessidades. Se chover vai molhar muitos barracos, por conta das lonas que a Funai fornece ser muito ruim", denunciou a senhora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2013

Brasília, 26 de agosto de 2013.

Para ajudar a família de Roberto Lopes com roupas, cama, colchões, cobertores, lonas e comida, pode-se entrar em contato através do telefone (67) 9848-5897.

Quem tiver roupas de crianças entre 12 e dois anos para doações pode ligar para o (67) 9918-4565. Neste último número as pessoas também podem oferecer cobertores, roupas para crianças e lona.

Os indígenas desaldeados que sofrem com o incêndio estão acampados entre a Embrapa e o trevo de acesso a Laguna Carapã.



A necessidade de um novo pacto social com os índios

SÍTIO GESTÃO SINDICAL NOTÍCIAS, 24.08.2013

Não é nenhuma novidade, são mais de 500 anos de opressão e perpetuação do genocídio indígena. Antes era marcado pela ocupação bandeirante e a colonização, hoje o agronegócio e os grandes empreendimentos são os principais agentes desse modelo de desenvolvimento que aniquila o modo de viver da população nativa brasileira. Os exemplos são muitos, todos em nome da modernização e o progresso da civilização nacional. Embora a nossa constituição reconheça em seu artigo 231 a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além dos direitos originários sobre suas terras, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, não é isso que vemos na prática. O Brasil é também signatário da Convenção dos Povos Indígenas e Tribais, conhecida como Convenção OIT 169, mas na realidade vemos que tanto as leis nacionais quanto internacionais não são respeitadas quando olhamos para a vida dessas populações.

Esse cenário é composto por práticas centralizadoras, corporativistas, clientelistas, patrimonialistas e autoritárias que marcam a relação do aparato estatal com esses povos. Ao mesmo tempo em que um governo é eleito com uma perspectiva progressista, uma história de lutas populares, evidenciam-se cada vez mais nesse processo os impasses e negligências do estado brasileiro com os índios. Nos últimos dez anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) os conflitos afloraram mostrando, mais uma vez, a incapacidade do Estado em lidar com esse segmento da sociedade.

A percepção etnocêntrica de governo ainda impera, com um sistema de direito e justiça altamente seletivo, no qual apenas as migalhas sobram para essa classe escandalosamente oprimida. E os meios de comunicações tradicionais reforçam tal contradição, na medida em que se omitem ao não promover um debate mais profundo sobre o tema ou abordam suas pautas com um olhar estereotipado e preconceituoso. Sem falar, é claro, nos seus interesses comerciais com tal modelo de desenvolvimento.

De acordo com o livro *Indígenas no Brasil – demandas dos povos e percepções da opinião pública*, recém publicado pela editora Fundação Perseu Abramo, habitam hoje no território brasileiro 305 etnias, que falam 274 línguas, somando 896.917 pessoas distribuídas em 505 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. É curioso o fato de a editora ter relação direta com o próprio PT, subsidiando com estudos a formação política dos filiados de seu partido, pois nas suas pesquisas são feitas várias denúncias: a devastação potencializada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e a aceleração da tristeza na Amazônia; o fracasso da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a realização de Conferências Nacionais de Saúde Indígena resultando na criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 2010, mostrando mais uma vez na teoria o belo atendimento público para os índios e inoperante e péssimo na prática; o descompasso entre a justiça branca e os hábitos e costumes milenares dos índios, que se tornam reféns de uma linguagem e procedimentos incompatíveis com suas referências de lei e ordem; dentre outros fatores.

CONT.



A hidrelétrica Belo Monte, nesse contexto, é o projeto mais sintomático. O desrespeito aos povos tradicionais do entorno é gritante, vários direitos foram violados. Movimentos, artistas, políticos, intelectuais e a mídia do mundo inteiro denunciaram, mas o governo não recuou. São inúmeros também os casos com a mineração, além do Código Florestal, a PEC 215, a portaria 303 da AGU, etc. Outro processo conhecido é o caso do Museu do Índio, ao lado do estádio Maracanã, no Rio de Janeiro. O edifício carrega toda a história da política indigenista no Brasil, desde seu patrono Marechal Rondon, que ficou conhecido pelo legado: "morrer se preciso for, matar nunca". Na tarde de ontem (06) os índios da Aldeia Maracanã reocuparam o prédio, alvo de cobiça dos gananciosos empresários da Copa do Mundo. Foi anunciado um Centro de Referência Cultural pelo governo do Estado, que está mais desgastado que nunca, atendendo uma reivindicação dos índios. Pode ser uma excelente oportunidade de reparação histórica e integração dos índios da floresta à cidade, desde que o olhar comercial e do mercado não prevaleça.

A concentração fundiária é outro sintoma estrutural do descaso do governo federal. A titulação das terras é um caos, com direito a bang bang. O Mato Grosso do Sul, estado com a segunda maior população indígena do país, é um dos maiores em concentração da terra. É lá onde os Guarani Kaiowá, que geraram uma comoção nacional, estão morrendo de morte matada ou de suicídio em desespero ao total abandono das políticas públicas. É essencial que se viabilize mecanismos para eles mesmos criarem suas condições de sobrevivência e manutenção de costumes. O direito à autodeterminação dos povos indígenas e a ruptura com o modelo de tutela do estado há muito ultrapassado é urgente. A Funai, por exemplo, nunca teve um representante indígena e muitos não se sentem representados pela instituição. A palavra indígena ainda é violentamente silenciada. Historicamente lhes resta a miséria e a dependência depois de seu contato com a civilização, que torna seus ideais de vida cada vez mais inviáveis. Suas referências existenciais vão por água abaixo, os conduzindo ao extermínio provocado "por um estrutura social classista devotada à produção mercantil", segundo o antropólogo Darcy Ribeiro.

Um dos expoentes do pensamento indigenista no Brasil, ele afirmava: "Nenhuma oportunidade lhes é dada para preservar seu substrato biológico, sua sociedade e a sua cultura em sua forma original".

Do ponto de vista antropológico, as condicionantes que caracterizam esse processo de interação são dramáticas. Ainda de acordo com Darcy Ribeiro, em sua obra *Os Índios e a civilização*, a sociedade brasileira avança sobre as terras que consideram suas e veem no índio, com suas múltiplas etnias, uma ameaça e obstáculo. O ensaísta contrapõe a visão quase unânime dos historiadores, contrastando o efeito desse modelo de desaparecimento das tribos com a tese de absorção na forma de uma aculturação progressiva que desembocaria numa assimilação plena, através da miscigenação. Ribeiro defendia o conceito de transfiguração étnica, que pressupõe a incorporação desses povos sem a perda de suas identidades. Vai do índio tribal para o índio genérico, e não do indígena ao brasileiro: "... é condenado a transformar radicalmente seu perfil cultural, porque só pode enfrentar as compulsões a que é submetido, transfigurando sua indianidade, mas persistindo como índio", diz no livro.

Ainda temos muito a aprender com os saberes indígenas, sobretudo no que diz respeito à sua
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2013

Brasília, 26 de agosto de 2013.

relação com a natureza. Não se limita só à questão ambiental e climática, mas também na área social, educacional e da saúde, por exemplo. Trata-se de ter humildade e reconhecer, de uma vez por todas, o valor do conhecimento tradicional. Repensar o modelo de desenvolvimento, garantindo uma relação harmônica entre a ciência e a sociobiodiversidade indígena. Incorporar novos hábitos e costumes, essa é uma bandeira importante para os próximos protestos nas ruas. Eles podem apontar um caminho alternativo ao Brasil, por isso é essencial que a sociedade estabeleça um novo pacto social com os índios.

(*) Publicado originalmente pelo jornalista Eduardo Sá, editor de Cultura e de Dia-a-Dia, no site Fazendo Media



Audiência pública é marcada por presença de indígenas, Prefeita e Vereadores para discutir aprovações de projetos na Câmara
SÍTIO AGORA SANTA INÊS, 24.08.2013

Um dia raro de ser ver, foi assim a audiência pública convocada pelos indígenas que contou com a presença da Prefeita de Bom Jardim Lidianne Rocha, e 11 dos 13 vereadores além de secretariados do governo, segundo os indígenas o intuito da reunião era solucionar os problemas que ocorrem nas aldeias por falta de contratações de profissionais, ora que o executivo culpa o legislativo e vice versa, além de pedir uma demanda de reivindicações. Indígenas reivindicam demandas para serem aprovados pela câmara:

A prefeita de Bom Jardim, Lidianne Rocha se fez pela primeira vez presente em uma audiência pública na Câmara Municipal e chegou rodeada de assessores às 09:30, pouco depois dos indígenas, com a aglomeração de pessoas os vereadores decidiram que a reunião seria fechada apenas os caciques, vereadores e a prefeita participariam, mas logo foi recusado pelas lideranças que exigiam a audiência pública com toda a comunidade indígena que veio até a câmara; o vereador Marcony que teve bastante destaque na audiência e o vereador Arão estiveram o tempo todo articulando para que de fato tudo não saísse do controle, os indígenas também ameaçaram interditar a BR 316 caso não fosse ouvidas suas reivindicações ali no momento, após isso os líderes das comunidades tiveram uma reunião fechada com o presidente aonde não obteve acesso onde no qual ficou acertado que seria feita a audiência pública exclusivamente com os indígenas na galeria o que de fato não aconteceu, no final das contas a audiência foi aberta ao público que estava ali presente.

Após o combinado, os vereadores Marcony, Sonia, Roberth, Manim, Hiater, Adriano Varão, Poré, Arão, Dr. Silvano e Chico do Braz subiram a mesa da câmara e iniciaram os trabalhos de inscrição onde no qual 8 líderes de comunidades indígenas se inscreveram pra falar além da prefeita e mais 3 vereadores.

Reivindicações de líderes indígenas:

Flauberth o primeiro orador mencionou a parceria dos ex-gestores com as comunidades indígenas e pediu que a parceria e o apoio do governo volte a continuar, o líder também falou que não existe nenhum projeto específico para os indígenas, mas que segundo ele disse que os projetos que foram encaminhados também visam beneficiar as aldeias, também falou sobre a falta de remédios e perguntou se os governantes vão esperar morrer alguém para tomarem alguma atitude, "É preciso ter atenção à comunidade indígena, oferecer formações técnicas para os indígenas, temos o direito de lazer não vivemos só de caça e pesca, temos o direito de acompanhar a globalização, claro não esquecendo de nossa cultura" Flauberth também apresentou uma série de demanda de reivindicações, dentre elas a contratação urgente de OASG para as escolas, professores, reformas de escolas e postos de saúde entre outras.

CONT.



Djacyr que é líder da aldeia tabocal, acompanhou o outro colega e falou sobre as demandas apresentadas por Flauberth e pediu urgência nas suas solicitações.

A cacique Rosilene também falou das reivindicações já apresentadas por flauberth e disse que o povo Guajá e sua aldeia Massaranduba precisam de assistência pois são esquecidos e não participam de nenhum programa do governo federal. "Temos o direito de cobrar" Disse a cacique.

O restante dos oradores líderes indígenas também pediram a aprovação das reivindicações apresentadas por Flauberth e seguiram o mesmo contexto, além de criticar alguns vereadores pelo suposto engavetamento de projetos que o presidente da câmara afirmou que não existe.

Em um dos momentos mais aguardados, a prefeita Lidiane Rocha usou a tribuna e começou seu discurso falando da LOA afirmando que os vereadores pediram 2% dos orçamento para a câmara. "Prefeitura não é um negócio, ele me chama para negociar, esse rapaz precisa aprovar esses projetos pelo bem da comunidade, será se toda vez pra aprovar um projeto tenho que trazer vocês? Eu não acredito em uma situação dessa, Deus está vendo! No momento em que os nervos começavam a se exaltar e já se falava em assuntos pessoais, um dos líderes indígenas interrompeu dizendo que não veio pra ver baixarias e sim para chegar a um ponto final, "Buscamos atitudes e não baixaria, se for pra por filmagem isso e aquilo, iremos nos retirar" falou um dos caciques. A prefeita continuou a sua fala acusando o presidente da câmara de não aceitar os projetos que vão para a câmara de autoria do executivo. "Não é porque você tem raivinha de mim que você não vai aprovar os projetos, faça valer seus votos, aceite e aprove nossos projetos". Finalizou a prefeita de Bom Jardim.

O Presidente da Câmara, Dr. Silvano Andrade rebateu algumas acusações onde explicou que os 2% do orçamento que foram inseridos na LDO para a câmara municipal é para emenda de vereadores, "Por exemplo, se o vereador Marcony fazer um projeto para o Pov. Cassimiro irá existir o orçamento para que a Sra. Prefeita possa executar apenas a indicação que será dele, é igual a deputado e senador, é algo novo na câmara municipal" explicou o presidente Dr. Silvano. O Presidente também falou que ele não tem direito a voto, portanto ele não reprovou nenhum projeto e que todos os projetos que chegam a câmara são colocados em pauta.

Em seguida o vereador Arão disse que vai entrar na justiça para que tenha seus projetos protocolados, segundo ele o presidente não estaria autorizando o diretor da câmara Zé Filho a aceitar seus projetos. O vereador também repudiou a reprovação de alguns projetos pela Câmara em sessões anteriores (O da doação de terreno do CRAS E CREAS e contratação de farmacêuticos), o discurso do vereador teve um total de 40 minutos, o mais longo da audiência.

Finalizando o vereador Marcony que foi bastante elogiado até por assessores e pela própria prefeita pela educação e articulação na sessão, disse que a maioria das reivindicações podem ser atendidas sem precisar vim projetos para a câmara, dentre eles reformas de escolas, e postos de saúde "Vejo que a reunião tomou um rumo que não era pra tomar, viemos aqui discutir as ações que foram propostas pela comunidade indígena, viemos aqui resolver a situação que se encontra hoje, não adianta nada ficarmos aqui até 13:20 e não discutirmos o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2013

Brasília, 26 de agosto de 2013.

que de fato pode ser executado”. Disse o vereador. Também pediu que uma pedra fosse colocada em cima de tudo que já aconteceu, “gostaria que não houvesse outra reunião, vamos resolver a demanda que os indígenas reivindicam, o presidente já firmou um compromisso, só precisamos entender sobre os trâmites da casa, não podemos ser irresponsáveis em aprovar sem discutir o projeto”, finalizou.

Ao final foi firmado um compromisso no qual a prefeita vai enviar para a câmara municipal, projetos separados para a contratação de cada área que vai beneficiar exclusivamente as aldeias já na próxima sessão. No contexto geral a audiência foi calma e os indígenas saíram esperançosos para que finalmente haja uma trégua entre os poderes e a solução chegue a suas aldeias.

www.bomjardimma.com



Eventos em MT reúnem cerca de 500 indígenas da Amazônia

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 24.08.2013

Assembleia e Encontro das Lideranças serão realizados em Barra do Bugres

Mato Grosso sedia a X Assembleia Geral da Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e I o Encontro das Lideranças Indígenas entre os dias 26 a 29 de agosto. O evento, apoiado pelo Governo do Estado, vai reunir cerca de 500 indígenas de 202 etnias da Amazônia brasileira, na aldeia Umutina, no município de Barra dos Bugres.

A Assembleia e o encontro acontecem de forma simultânea na aldeia. Segundo a superintendente estadual de Assuntos Indígenas, Janaína Oliveira, a proposta é criar uma entidade representativa indígena em Mato Grosso, discutir questões indígenas e eleger a nova diretoria do Coiab.

O evento vai integrar 160 etnias de outros estados e 42 etnias de Mato Grosso. "A grande importância é reunir etnias da Amazônia brasileira. Por meio desse evento Mato Grosso está dando um passo importante para dialogar e construir uma política indígena no Estado".

Os indígenas vão discutir a política indigenista estadual, bem como fortalecer a autonomia do Movimento Indígena em Mato Grosso. A vice-coordenadora do Coiab, Sônia Guajajara, explicou que vai ser abordada a política atual de direitos indígenas, discutir estratégias e fazer uma avaliação dos avanços.

"Este é o primeiro evento apoiado pelo Governo do Estado e vai ser muito positivo para a discussão dos temas indígenas no Estado. A Coiab tem o papel fundamental de orientar e acompanhar as ações da política indigenista brasileira", explicou.

A Coiab foi fundada em abril de 1989, sendo a maior organização indígena do Brasil. Possui membros nos nove Estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Juntas, estas organizações e comunidades somam aproximadamente 430 mil pessoas, o que representa aproximadamente 60% da população indígena do Brasil. A Coiab foi criada para ser o instrumento de luta e de representação dos povos indígenas da Amazônia Legal Brasileira na luta pelos seus direitos básicos, como terra, saúde, educação, economia e interculturalidade.



Campanha arrecada donativos a indígenas desabrigados em incêndio

SÍTIO REGIÃO NEWS, 26.08.2013

As famílias de Apyka'i, também conhecida por Curral de Arame e Jukeri'y, estão acampadas há aproximadamente 15 anos às margens da BR-463

Campanha arrecada donativos ao grupo de indígenas que perdeu os barracos com o incêndio em um canavial, às margens da BR-463, em Dourados. As famílias precisam de lonas, roupas, colchões, utensílios em geral para cozinha e alimentos. As doações podem ser entregues na recepção do jornal O Progresso.

Com o incêndio, iniciado em um canavial, a maioria dos barracos foi consumido pelas chamas. Os indígenas estão desabrigados. Técnicos do Ministério Público Federal (MPF) acompanham o caso.

A Kaiowá Damiana Cavanha é uma das indígenas que perdeu tudo. Ela reclama da falta de assistência para quem mora no acampamento, denominado Apyka'i. "Vivemos sem ajuda nenhuma. Há muitas crianças passando fome, frio e outras necessidades", criticou.

As famílias de Apyka'i, também conhecida por Curral de Arame e Jukeri'y, estão acampadas há aproximadamente 15 anos às margens da BR-463. Eles reivindicam uma área na região, pertencente aos seus antepassados.

Damiana é uma das lideranças do acampamento. No local, ao longo dos anos, ela já perdeu vários integrantes da família, entre o marido e netos. Por estarem instalados às margens da rodovia, as dificuldades são muitas. O acesso a água é uma delas, que é retirada de uma mina, local que é passagem de trilha de motos.

O Dourados Agora já relatou o sofrimento dos indígenas no acampamento. Eles vivem de assistência de programas do governo, a exemplo de doações de cestas básicas. O problema é que a entrega de alimentos sempre acontece com atraso.

Roberto Lopes, morador no Apyka'i, também perdeu tudo com o incêndio. Ele disse que colhia grãos de milho, do chão, com a esposa, no momento das chamas. "Não sobrou nada, somente a roupa do corpo", relata.

Doações

Os donativos podem ser entregues na recepção do jornal O Progresso, localizado na avenida Presidente Vargas, 447, ao lado da praça Antônio João, centro. O telefone de contato é o 3416-2600.



Curso de formação reúne lideranças indígenas em Iauaretê/Rio Vaupés

SÍTIO FOIRN, 24.08.2013

O Curso de formação foi realizado pela Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê – COIDI e Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, que reuniu mais de 150 pessoas no Salão Paroquial São Miguel/Iauaretê entre os dias 16 a 17 de agosto.

O curso

O Curso de Formação de Lideranças, teve a participação das associações: UNIRVA (União das Nações Indígenas do Rio Vaupés), UNIMRP (União das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri), UNIDI (União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê), ACIRJA (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japú), UNIARP (União das Nações Indígenas do Alto Papuri) e OCICI (Organização das Comunidades Indígenas do Centro de Iauaretê).

Por ser o local estratégico para reuniões e eventos importantes da COIDI, o curso foi realizado em Iauaretê, povoado multiétnico localizado no médio Rio Waupés, a um dia de viagem de São Gabriel da Cachoeira – isso em um motor 40 Hp e voadeira, meio de transporte comumente utilizado pela FOIRN e outras associações para viagens pelo Alto rio Negro.

Para os que moram mais longe, em comunidades no alto Waupés ou alto Papuri, foram necessários alguns dias de viagem para chegarem até o povoado e poderem participar do curso, o qual, depois da avaliação final, passou a ser chamado de I Curso de Formação de Lideranças Indígenas.

No decorrer do curso, que teve apenas dois dias de duração, foram abordados temas relevantes relacionados ao Movimento Indígena do Rio Negro e ao movimento indígena brasileiro, entre eles a Territorialidade, a questão das Terras Indígenas e das Demarcação de Terras Indígenas, pauta que está presente todos os dias na mídia, por conta das brigas que o Movimento Indígena Brasileiro está travando contra o desrespeito e o não cumprimento da legislação que ampara os Povos Indígenas garantida na Constituição Federal.

O objetivo

Conhecer e lutar pelo cumprimento dos direitos é mais do que dever das liderança indígenas nos dias de hoje. É preciso que conheçam as leis e saibam de tudo o que está acontecendo fora, para fortalecer suas organizações e suas comunidades. E, esse foi o objetivo do curso realizado pela COIDI com suas associações de base.

O expositor do tema Terras Indígenas, Territorialidade e Demarcação de Terras Indígenas, Maximiliano Correa Menezes, ex-diretor da FOIRN, e hoje coordenador do Departamento de

CONT.



Educação da mesma instituição, ressaltou que é fundamental as lideranças conhecerem os direitos que são garantidos na Constituição Federal e saber distinguir cada termo, comumente usados pelas lideranças. “É preciso saber o que é Território, Território Nacional, o que é território para os povos indígenas, e por fim, o que é Gestão Territorial e seus instrumentos de organização”, disse Maximiliano.

A Diretora-Presidente da FOIRN, Almerinda Ramos, participou do Curso de Formação como expositora, e teve como tema de apresentação a situação do Movimento Indígena do Rio Negro e a luta e os desafios atuais dos povos indígenas a nível nacional. Frisou ainda a importância de as lideranças saberem e cumprirem seu papel junto às associações e comunidades que representam. “Tem casos em que as lideranças assumem as associações e logo abandonam e deixam sua organização sem representação. Dessa forma, enfraquece o movimento, a organização e a representatividade”, explica a Diretora.

Troca de experiências e construção de conhecimentos

A realização dos Grupos de Trabalho após cada exposição possibilitou o exercício e participação ativa dos presentes no curso, onde os componentes dos grupos trocaram experiências e conhecimentos sobre vários assuntos. Pois, segundo Max, nos grupos tinha gente com mais de 20 anos de caminhada no movimento indígena. Portanto, uma verdadeira aula de história do Movimento Indígena do Rio Negro para os mais jovens.

Para enriquecer as discussões, professores estiveram presentes para colaborar na realização das atividades. Nos GTs foram elaboradas propostas e reivindicações à órgãos competentes sobre vários temas, como saúde, educação, incluindo a própria FOIRN. Os documentos serão encaminhados em breve aos seus respectivos destinatários.

Dois dias de curso, não foram insuficientes

A avaliação do curso foi muito positiva. Mas, foi recomendado pelos participantes que o curso seja contínuo e que tenha mais dias de duração. Para a Almerinda Ramos, Diretora-Presidente da FOIRN, o curso foi importante, pois formação é uma das reivindicações mais comum pelas lideranças indígenas do Rio Negro.

Visando isso, a FOIRN está abrindo, através do projeto “Bem Viver”, financiado pela Horizonte 3000, inscrições para um curso de formação de 15 lideranças indígenas do Rio Negro. O curso terá duração de 13 meses, sendo 6 módulos teóricos a ser realizado em São Gabriel da Cachoeira e 7 módulos práticos nas comunidades. As inscrições já estão abertas desde do dia 19 de agosto e vão até dia 16 de setembro.



Governo inaugura em Lagoa da Confusão a 19ª escola indígena do Tocantins

SÍTIO REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS, 24.08.2013

Os Krahô-Kanela do Tocantins carregam na memória a luta de seu povo por espaço territorial e por reconhecimento na cultura indígena. Esta história ganhou um novo capítulo nesta sexta-feira, 23, quando o Governo do Estado entregou a essa comunidade a Escola Estadual Indígena Wyapri, a primeira construída na comunidade. Representando o governador do Estado, Siqueira Campos, o vice-governador João Oliveira esteve na Aldeia Lankraré, em Lagoa da Confusão, a 220 Km de Palmas, para a inauguração da escola.

Cerca de 30 crianças, adolescentes e jovens vão estudar na escola que oferta ensino fundamental e médio. O investimento é de R\$ 184,7 mil em uma obra que vai mudar a realidade da comunidade, já que as aulas eram em uma área pequena e sem paredes, apenas cercada por tela. Já a nova escola tem 216,25m2 e conta com duas salas de aula, cozinha, sala do setor administrativo e banheiros masculino e feminino.

João Oliveira destacou a importância da educação para a formação de cidadãos e informou que apenas em Lagoa da Confusão os investimentos do governo do Estado nessa área ultrapassam R\$ 2,4 milhões. "Esses recursos foram aplicados em obras que já estão finalizadas, obras em andamento, compra de mobiliário para escolas e ônibus escolares", disse ele.

A escola de tempo integral da Aldeia Lankraré é a 19ª entregue por a gestão atual em comunidades indígenas, conforme o secretário de Estado da Educação, Danilo de Melo. Até o fim deste ano esse número deve chegar a 23 escolas. "O governo do Estado tem um olhar especial para os cerca de cinco mil estudantes indígenas no Tocantins.", disse o secretário.

A comunidade

Amaré Gonçalves Krahô-Kanela tem 26 anos e na inauguração da escola representou o cacique Mariano Atiokã Ribeiro Krahô-Kanela. O jovem disse que a nova escola "é sinônimo de desenvolvimento".

A manifestação de Amaré remete à história da comunidade. Ele conta que na década de 70 os Krahô-Kanela tiveram que deixar a região de Lagoa da Confusão por causa de um conflito e desde então teve início uma luta territorial. O grupo que se formou com a união de membros de duas etnias, a Krahô e a Kanela, retornou em 2006 para a área original na Ilha do Formoso, a cerca de 55 Km da cidade de Lagoa da Confusão, área próxima à Ilha do Bananal. O retorno trouxe um novo contexto cultural e antropológico, devido a algumas miscigenações entre os índios e não índios.

De volta à área indígena em Lagoa da Confusão, a comunidade recebeu em 2007 a escola estadual, que funcionava improvisadamente. A nova escola, inaugurada nesta sexta-feira, é

CONT.



totalmente diferente, porque tem ambientes e espaços físicos adequados. “Essa nova escola é um símbolo de melhoria de vida dentro da Aldeia Lankraré”, disse Amaré. A comunidade krahô-Kanela na Aldeia tem 112 pessoas.

Incentivos

A inauguração na nova escola contou com a presença dos prefeitos Lino de Sousa Neto (Lagoa da Confusão), Pe. Florisvane (Divinópolis), Enoque Portilio Cardoso (Nova Rosalândia) e Claudoir Bento de Oliveira (Marianópolis), além de secretários municipais e vereadores. Na mesma solenidade, foram entregues 212 tablets à Regional de Ensino de Paraíso. Os equipamentos são destinados a professores e fazem parte das ações do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado).

A solenidade na Aldeia Lankraré teve início com apresentação teatral de crianças que estudarão na nova escola e terminou com dança dos adultos Krahô-Kanela como forma de agradecimento pelo investimento do governo do Estado na comunidade. “Eu penso que vai ser um novo horizonte para os estudantes”, disse a professora Ivonete Gonçalves Ribeiro Gomes Krahô-Kanela.

Já a estudante Patrícia Rarumã Ribeiro Gonçalves Krahô-Kanela, de 7 anos, resumiu o sentimento dos demais estudantes ao falar sobre a nova instituição de ensino: “Agora estou feliz nessa escola”.

Da ATN



Uma nova COIAB nascerá na aldeia Umutina

SÍTIO CEDEFES, 25.08.2013

Povos indígenas de toda a Amazônia Legal vão se reunir pela primeira vez em Mato Grosso para a 10ª Assembleia Geral da entidade.

Nos últimos anos, o movimento indígena tem mobilizado esforços para frear as iniciativas que violam direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. O pacote de desmonte do arcabouço legal indígena inclui a inconstitucional PEC 215/00, a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) e PLP 227, entre dezenas de outros projetos além das ameaças envolvidas com a tramitação do Novo Código da Mineração. É nesse contexto político delicado que mais de 300 líderes indígenas da Amazônia Legal vão se reunir na Terra Indígena Umutina, no município de Barra do Bugres (MT) entre 26 e 29 de agosto de 2013 para a 10ª Assembleia Geral Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Esta é a primeira vez que a Assembleia, realizada a cada quatro anos, ocorre em solo mato-grossense. Será uma oportunidade de aproximar a COIAB e fortalecer os movimentos indígenas de Mato Grosso, o terceiro estado do país em diversidade étnica. "Esta Assembleia ocorrerá no estado que mais sofre com o avanço do agronegócio e chega para fortalecer o relacionamento da COIAB com os povos mato-grossenses e aglutinar forças", analisa Sonia Guajajara, vice coordenadora da COIAB. Os dois primeiros dias de encontro serão dedicados a um grande encontro de lideranças indígenas do estado de Mato Grosso, algo que há muito tempo não acontece.

À frente da vice coordenação da entidade nos últimos quatro anos, Sonia tem sido uma das potentes vozes indígenas, tanto no Brasil como no exterior, cuja luta pelo direito à terra enfrenta a expansão do agronegócio, que transforma a Amazônia em pastagens e lavouras. "Não temos outro caminho a percorrer. Somente por meio da pressão e da mobilização em nível local, regional e nacional daremos visibilidade à nossa luta contra o avanço do agronegócio em nossas terras ancestrais", enfatiza Sonia.

Dessa forma, a COIAB mirou no Congresso Nacional, de onde emanam as forças mais ferrenhas contra os indígenas, mas também não descuidou da Presidência da República. E as articulações com deputados, senadores e partidos que estão do lado do movimento indígena têm surtido efeito. Na avaliação de Sonia, é significativa a adesão de alguns parlamentares para fazer frente aos ruralistas. E, ao que tudo indica, os resultados começaram a aparecer.

Depois da maciça presença indígena no Congresso Nacional durante a Semana do Índio, em abril deste ano, quando eles conseguiram pelo menos adiar a instalação da comissão especial da PEC-215 (proposta que pretende retirar do Executivo e passar ao Legislativo a atribuição de

CONT.



demarcar terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas) um grupo de deputados criou um GT Paritário, que vem promovendo em Brasília uma série de debates sobre os direitos indígenas e as medidas legislativas consideradas inconstitucionais.

A presidente Dilma Rousseff, depois de dois anos e meio de governo, enfim se dispôs a um encontro com algumas lideranças indígenas no dia 10 de junho, em Brasília. A imagem do governo diante dos indígenas poderia ter melhorado, mas naquele mesmo dia o Executivo não tomou nenhuma providência para impedir que o PLP 227 fosse aprovado na Comissão de Agricultura e, ainda, encaminhado com pedido de urgência. O projeto, permite que todas as ocupações não indígenas feitas antes de outubro de 1988 sejam legitimadas, contrariando o que diz a própria Constituição, que considera nulos esses títulos. Além disso, o projeto permite que assentamentos de reforma agrária sejam feitos dentro de terras indígenas.

Nesse cenário, o governo tem respondido com pressa à regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que sacramenta o direito à consulta livre, prévia e informada, porém sem admitir que uma eventual negativa dos indígenas diante do impacto de empreendimentos possa evitar sua implantação. Recentemente, a presidente determinou a instituição da Mesa de Diálogo com os Povos Indígenas durante a reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), realizada no Ministério da Justiça em 22 de agosto, que contou com a presença de cerca de 40 líderes e dos ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Gilberto Carvalho, José Elito (Gabinete de Segurança Institucional) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente).

No entanto, ainda não foram tomadas medidas concretas a favor dos indígenas, como a revogação da Portaria 303 pela própria AGU, antes de sua apreciação pelo Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, no dia 21 de agosto, quando foi anunciada a instalação da comissão especial da PEC 215/00 para o dia 4 de setembro, os deputados da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) pediram ao governo federal uma posição mais firme em relação à demarcação de terras indígenas. Depois dessa reunião, o coordenador da FPA, deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), declarou que na próxima semana as principais entidades do agronegócio irão traçar novas estratégias e endurecer na pressão contra as demarcações.

Pauta da reestruturação

Fundada em 1989 com o intuito de garantir que os direitos sociais, políticos e territoriais dos indígenas estabelecidos pela Constituição Federal fossem implementados, a COIAB é a maior organização indígena do Brasil e hoje se vê às voltas para que essas conquistas não fiquem no passado. Para isso, internamente, tem avaliado ser importante estabelecer uma nova estrutura organizacional para que a entidade descentralize forças e reflita, cada vez mais, sobre a diversidade de visões dos povos que representa.

Por isso, esta Assembleia discutirá a reestruturação organizacional da entidade. Atualmente, a COIAB é formada pelo Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF), órgão consultivo e deliberativo e pela coordenação executiva, composta por um coordenador geral, um vice, um secretário e um tesoureiro, além de cerca de 100 delegados e 75 organizações indígenas dos nove estados da Amazônia Legal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 153 / 2013

Brasília, 26 de agosto de 2013.

A proposta que irá para votação na Terra Indígena Umutina na próxima semana baseia-se no princípio de que cada estado da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) tenha um representante na coordenação executiva da COIAB. Dessa forma, eles poderão assumir maior responsabilidade e participação na execução das ações e na tomada de decisão.

“No fundo, o que está sendo proposto é que a informação sobre o que ocorre no cenário político indígena e indigenista nacional chegue mais rápido às aldeias dos nove estados da Amazônia para que as pessoas saibam o perigo que estamos correndo. Dessa forma, a figura de um representante estadual pode fortalecer o debate interno nos povos e, assim, podemos aumentar nossa mobilização, fazer mais e mais pressão em Brasília e junto aos governos locais”, acrescenta Sonia. Outra deliberação que os delegados da COIAB terão de votar na Assembleia diz respeito à mudança da sede de Manaus para Brasília.

Organizações socioambientais e indigenistas foram convidadas para participar da Assembleia Geral de 2013, além de representantes dos governos estadual e federal. O vice-governador de Mato Grosso, Chico Daltro, a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, e procuradores do Ministério Público Federal em MT deverão comparecer ao evento.

“Em meio ao atual tumulto da política indigenista, percebemos que o movimento indígena tem sido assertivo em manifestar sua posição, que precisa ser respeitada. Os índios têm direito ao futuro. E o Brasil tem que se desenvolver levando em conta suas matrizes étnicas e suas tradições ancestrais”, avalia a coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da OPAN, Andrea Jakubaszko.

Estevão Taukane, liderança do povo Bakairi, espera que a COIAB alcance seus objetivos nesta Assembleia. “Quero ver o renascimento de uma organização indígena democrática e plural que possa discutir a diversidade com todas as etnias. Temos de construir a nossa própria autonomia. O processo, no entanto, é lento, mas está acontecendo”, avalia Taukane.

* Colaborou Andreia Fanzeres.



Buerarema: sábado de conflitos na cidade termina com depredação de bens públicos, casas de indígenas incendiadas e uso de bombas de efeito moral
SÍTIO CEDEFES, 25.08.2013

A Polícia Civil confirma a destruição na cidade de inúmeros estabelecimentos comerciais que fornecessem materiais ou alimentos aos indígenas, ou que fosse gerenciados por parentes deles. A população também invadiu e ateou fogo nas casas habitadas pelos tupinambás desde a manhã deste sábado

Por Louise Lobato. em Correio

O município de Buerarema, no Sul da Bahia, viveu um sábado de conflitos. Palco de disputa entre produtores rurais e indígenas da etnia tupinambá, o clima de violência na cidade, ocupada atualmente por tropas da Força Nacional, aumentou consideravelmente hoje (24), e resultou na depredação de diversos bens públicos e privados, no incêndio de 15 residências e no uso de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral com o objetivo de conter os atos de vandalismo.

Segundo a Polícia Civil, o estopim da crise deste sábado foi a chegada do suposto irmão do cacique da tribo, que chegou armado em Buerarema a fim de pegar combustível e teria insultado moradores da região [SIC]. A provocação [SIC] foi o suficiente para que a tensão na cidade alcançasse níveis jamais vistos antes.

"Buerarema está um caos, e o sentimento de revolta aqui é tão grande que várias casas comerciais já foram invadidas e depredadas, assim como bancos, a Cesta do Povo e os Correios da cidade", disse um morador do local, Cláudio da Conceição. Em entrevista para o CORREIO, o autônomo de 46 anos relatou os acontecimentos deste sábado.

"A população está concentrada em frente ao prédio da prefeitura, como forma de protesto, porque a coisa está feia. A Guarda Nacional, ao invés de nos proteger, está batendo no povo. A tensão é tão grande que está tudo fechado na cidade e agora [às 19h15] acabou de chegar um ônibus cheio da Polícia Militar de Itabuna", disse Cláudio.

População revoltada incendiou casas de indígenas da etnia tupinambá (Foto: Macuco News)

A Polícia Civil confirma a destruição na cidade de inúmeros estabelecimentos comerciais que fornecessem materiais ou alimentos aos indígenas, ou que fosse gerenciados por parentes deles. A população também invadiu e ateou fogo nas casas habitadas pelos tupinambás desde a manhã deste sábado.

Entenda o caso

CONT.



Diversas fazendas estão sendo invadidas para pressionar o governo federal a concluir a

demarcação de terras da reserva [SIC] indígena, que fica na zona limítrofe entre Ilhéus, Una e Buerarema [SIC]. Segundo a Polícia Civil, proprietários dos imóveis [SIC] e trabalhadores [SIC] têm sido expulsos em situações que, algumas vezes, terminaram em casos de ameaça e lesão corporal.

Por causa deste impasse, produtores rurais [SIC] têm optado por realizar protestos na região. O último deles ocorreu na terça-feira (20) na BR-101, quando produtores rurais [SIC] da região de São José da Vitória incendiaram uma viatura da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo o delegado Mário Vinícius Neves, da Polícia Federal em Ilhéus, estão sendo movidas diversas ações de reintegração de posse por parte dos proprietários rurais [SIC], mas não se sabe ao todo quantas fazendas foram ocupadas [SIC]. "Não temos este número precisamente porque as comunicações não são feitas. Também entra-se na questão de se as terras seriam legitimamente dos índios [SIC] e de que títulos de propriedades os donos [SIC] têm", explica, "Temos essa informação apenas quando recebemos notícias de pedidos de reintegração de posse. Alguns falam em um total de 12, outros em até 31, mas estes números são muito questionáveis".

Diversos veículos foram destruídos em protestos na últimas duas semanas (Foto: Gilvan Martins/Blog do Pimenta)

De acordo com o Governo Federal, as tropas da Força Nacional de Segurança devem permanecer na região até o dia 27 de agosto para garantir a segurança na região e prevenir que os conflitos entre produtores rurais [SIC] e indígenas se agrave. Os soldados estarão sob coordenação da Polícia Federal e devem realizar ações de patrulhamento.

Informações sobre o contingente de soldados, o armamento empregado e o número de veículos da Força Nacional não foram divulgadas pelo Ministério da Justiça por questões de segurança. Tropas enviadas pelo Ministério da Justiça já haviam atuado em Buerarema entre abril de 2012 e maio deste ano.

Território é indígena, confirma Funai

Em contato com o CORREIO, a Fundação Nacional do Índio (Funai) não comentou o incidente com o veículo no último dia 20, mas assegurou que possui uma equipe no local acompanhando a situação. Segundo o órgão, os indígenas estão retomando fazendas que se encontram dentro da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que possui 47.376 hectares.

A Funai afirma ainda que o território em disputa já passou por estudos técnicos de caráter multidisciplinar para sua identificação e delimitação. Os resultados destes já foram publicados no Diário Oficial da União no dia 20 de abril de 2009. Ou seja, as terras já foram delimitadas.

Contudo, a área em questão ainda não passou pelos processos de declaração (quando são demarcadas fisicamente pela Funai), homologação (os procedimentos são ratificados pela presidente) e regularização, isto é, registradas em cartório em nome da União e da Secretaria de Patrimônio da União.